AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE

Aniely Silva Brilhante[1]

Alcides Fernando Gussi[2]

RESUMO

Este trabalho busca avaliar a política de expansão da educação profissional e tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), e sua relação com os povos do mar localizados no município de Camocim/CE. Para tanto, apresenta-se como questão central: em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE? Metodologicamente, trata-se de uma avaliação de caráter qualitativo, realizada por meio de estudo de caso no IFCE *campus* Camocim junto aos moradores do bairro Praia de Camocim. Como resultados, avalia-se que a expansão dos IF oportuniza o acesso à educação pública federal, e que o *campus* oportuniza mudanças na vida dos familiares dos pescadores. No entanto, quanto à atuação do IF, como elemento fomentador do desenvolvimento da pesca, por meio da inovação, vem apresentar limites, sofrendo interferências institucionais na sua condução.

Palavras-chave: Avaliação. Política de Educação Profissional e Tecnológica. Desenvolvimento. Povos do Mar. IFCE.

ABSTRACT

This work evaluates the policy of expansion of professional and technological education at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), and it's relationship with coastal people located in the municipality of Camocim/CE. Therefore, the central question is: In what extent has the IFCE expansion policy been contributing to the development of the coastal people in Camocim/CE? Methodologically, this is a qualitative assessment, carried out through a case study at the IFCE Campus Camocim with residents of the Praia neighborhood in Camocim - Ceará. As a result, it is evaluated that the expansion of the IF provides access to federal public education, and that the campus provides opportunities for changes in the lives of the fishermen's families.

Keywords: Evaluation; Professional and Technological Education; Development; Peoples of the Sea; IFCE

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; Mestre em Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará (UFC); aniely.brilhante@ifce.edu.br

[2] Universidade Federal do Ceará; Professor Adjunto na Universidade Federal do Ceará (UFC); alcidesfernandogussi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT)[3] pública federal no Brasil possui uma trajetória de 110 anos, passando por diferentes orientações de governos, propostas curriculares e de financiamento. Mas as transformações que essa política passou nos últimos anos foram significativas. O fortalecimento da EPT ocorreu mediante o "Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica" de 2005, seguido dos demais planos de expansão. Estes estabeleceram os objetivos e critérios da expansão dos IFs.

Na lei de criação dos IFs (nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), observa-se a nova proposta de territorialidade, ao levar em consideração a dimensão geográfica, e as características históricas, culturais, sociais e econômicas (Art. 01, § 3º) das cidades para a implementação dos campi. Nesse sentido, a política de expansão da EPT caracterizou-se basicamente por introduzir na sua organização estrutural e espacial uma outra institucionalidade, preocupando-se com o desenvolvimento local e regional com inclusão social, e uma nova territorialidade (interiorização).

O documento "Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010" define o desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (BRASIL, 2010, p. 14). Para Pacheco (2011), o desenvolvimento local significa o diálogo vivo e próximo dos IFs com a realidade local e regional, o que requer uma atenção mais criteriosa em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao acesso ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. Assim, cada IF, formalmente, deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade.

[3] Por educação profissional e tecnológica (EPT) entende-se uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e que tem como finalidade preparar "para o exercício de profissões", contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Diante disso, este trabalho fundamenta-se em uma pesquisa que busca integrar o contexto da política de Expansão da EPT de 2003 a 2016 ao desenvolvimento local de uma comunidade tradicional, a dos povos do mar[4] de Camocim, cidade litorânea do Estado do Ceará. A pesquisa versa sobre o IFCE[5] *campus* Camocim, inaugurado em 27 de Dezembro de 2010, em Brasília, como parte da 2ª fase da Política de Expansão da EPT, na transição entre Centro Federal de Educação Tecnológica CEFET/CE e IFCE. Na sua implantação em Camocim havia a expectativa da instituição atuar no arranjo produtivo da pesca, tendo em vista que a cidade é considerada a cidade da pesca no Estado do Ceará. Foram criados os Cursos Técnicos Subsequente em Restaurante e Bar, Manutenção e Suporte em Informática, e os superiores de Tecnólogo em Processos Ambientais, Licenciatura em Letras Português e Inglês e Licenciatura em Química, escolhidos por assembleia local. O campus permaneceu tendo a presença dos familiares dos pescadores.

Por diferentes mediações, o IFCE esteve presente junto aos povos do mar em Camocim, sobretudo na oferta dos seguintes cursos: 2 cursos técnicos e 3 superiores; Cursos FICs Ostreicultura, Merendeiras Escolares, Aquicultura, e Agentes de desenvolvimento socioambiental; oferta de Minicurso de aproveitamento de pescados com familiares dos pescadores; presença de pescador em projeto de extensão Avançar de Letramento de adultos; projeto de limpeza das praias. Contudo, como se verá, ao longo deste trabalho, carece de cursos adaptados às características específicas dessa comunidade tradicional, que gerem desenvolvimento direto no arranjo produtivo da pesca.

Porém, considera-se, como pressuposto orientador da avaliação, que a referida expansão reconfigurou o perfil estudantil das instituições públicas federais

[4] Os povos do mar são compreendidos, neste estudo, como uma comunidade tradicional que possui atividades de subsistência no mar, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações (DIEGUES et. al., 2000, p. 18).

[5] O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) representa uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, e é equiparado às universidades federais (BRASIL, 2008).

de ensino. Um público como os povos do mar, quando chega ao IFCE, tem muito a aprender, mas também muito a ensinar. A chegada dos IFs em muitas localidades do interior do Estado representa a experiência de ter as primeiras gerações das famílias com acesso à formação superior, pesquisa, extensão e organização política. Soma-se a isso, a chegada de alunos com outras demandas, como a baixa proficiência, com tempo escasso para participar de qualquer outra atividade acadêmica além do ensino (PEREIRA e ALBUQUERQUE, 2016, p. 49). Observa-se histórias de superação, as sabedorias acerca da natureza, a participação ativa nos cursos, a evasão escolar por limitações financeiras, os obstáculos de quem mora em zona rural, a dificuldade de entregar documentação porque o pai ou esposo estava no mar, etc. Os alunos dos povos do mar têm um diferencial, pois são herdeiros de uma sabedoria popular diferente dos demais, e são aguerridos, no sentido de serem participativos, de valorizarem a experiência na instituição, ou então, de não desistirem tão fácil dos estudos.

Diante do que foi apresentado, chega-se aqui ao objetivo deste trabalho: avaliar a política pública de expansão da educação profissional e tecnológica, no âmbito do IFCE e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE. Trata-se de responder a seguinte pergunta de partida: em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE? E de qual desenvolvimento se trata, diante do contexto local em que vivem os povos do mar?

A perspectiva teórico-metodológica avaliativa adotada fundamenta-se nos parâmetros de análise experiencial de Lejano (2012) e sua proposta interpretativa, próxima à abordagem etnográfica. Em linhas gerais, trata-se de uma proposta inovadora da área de avaliação de políticas públicas, que insere os conhecimentos das Ciências Sociais e da Ciência Política na pesquisa avaliativa, e se contrapõe aos modelos clássicos positivistas que vêm orientando os estudos em políticas públicas. Lejano (2012) compreende a análise e a avaliação das políticas públicas partindo da experiência dos participantes, apreendendo a complexidade do cotidiano onde a política é implementada e efetivada, com o intuito de ir além dos

aspectos meramente normativos. Segundo o autor, a partir desta dimensão prática, o avaliador deve integrar múltiplos conhecimentos, observando a relação entre suas normativas (texto) e o contexto onde são executadas no cotidiano, e assim elaborar uma descrição densa, ou seja, uma fusão de diferentes linhas de informação para uma percepção mais completa do todo que envolve a política.

Coadunada à perspectiva de Lejano, neste trabalho, a pesquisa de avaliação realizada tem caráter qualitativo, realizada por meio da ampla compreensão da experiência de campo da pesquisadora com os pescadores e seus familiares no bairro Praia, zona urbana de Camocim, entre 2018, 2019, e a experiência institucional no IFCE *campus* Camocim. A estratégia metodológica implementada utilizou os seguintes métodos e técnicas: a pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas com 6 alunos, 4 docentes, 2 técnico-administrativos, 1 gestor e 2 colaboradores. A pesquisa de campo consistiu em diálogos informais com os povos do mar, pessoas que moram e trabalham na beira mar, com observação do cotidiano da pesca em terra e no mar, bem como visita a duas casas de alunos. As ferramentas de registro utilizadas nessa etapa foram o diário de campo, entendido como um caderno de notas sobre impressões pessoais, observação de falas, comportamentos, relações (GIL, 2014, p. 295), como também foi realizado registro fotográfico.

Este trabalho organiza-se inicialmente com esta introdução, abordando acerca das questões iniciais, dos objetivos e da perspectiva avaliativa. A seção 2 “Uma discussão acerca da política de expansão dos Ifs, desenvolvimento e educação profissional” tem-se a discussão teórica e análise das categorias desenvolvimento e conceitos de educação profissional. Na seção 3 “A experiência do IFCE junto aos povos do mar de Camocim: síntese avaliativa” descreve-se o contexto local para onde se deslocou institucionalmente o IFCE e apresenta-se os resultados da integração dos dados deste estudo, encerrando-se com as “Considerações Finais”.

2 UMA DISCUSSÃO ACERCA DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS IFS, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ao estudar os aspectos que favoreceram a chegada do *campus* do IFCE em Camocim, em um contexto nacional, depreende-se que esta unidade foi resultado de uma conjuntura histórica política, o da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), promovida durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e que teve continuidade no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Representou, outrossim, uma transformação na história dos IF's, hoje reconhecidos como instituições de grande porte, que não permitem comparação internacional em país algum do mundo, como aponta Arcary (2015).

Desse modo, comparando com o período de 1909 a 2002, o Brasil teve 24 presidentes e construiu um total de 140 escolas técnicas federais. No período de 2003 a 2016, apenas durante a gestão de dois presidentes, foram construídas e inauguradas 504 novas unidades federais. Consequentemente, foi possível o aumento das matrículas, contratação via concurso público de professores e técnicos administrativos (MEC/SETEC, 2009). Todavia, as mudanças foram tanto quantitativas, com o aumento do número de *campi*, mas, sobretudo, quanto às estratégias políticas que se fundam a partir do modelo de desenvolvimento que norteou as ações do governo do Partido dos Trabalhadores, inaugurando uma outra institucionalidade e uma nova territorialidade (SANTOS, 2018, p. 113).

Assim, gerenciada pelo Ministério da Educação (MEC), a expansão e interiorização da EPT tiveram como objetivos descentralizar a oferta da educação pelo território nacional, ampliando o acesso à educação, bem como formar mão de obra qualificada para a então crescente economia do País e diminuir as desigualdades sociais (BRASIL, 2012). Os marcos regulatórios desta época dão ênfase ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (artigo 6º da Lei nº. 11.892/2008), e dentre seus objetivos, encontra-se apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão (artigo 7º da Lei nº 11.892/2008).

A relação entre educação e desenvolvimento entrou na agenda política brasileira pelas condições favoráveis à retomada do crescimento econômico do país nos anos 2000. Gerou, portanto, a exigência de trabalho qualificado e elevou a

importância da formação profissional em todos os níveis. Nesse sentido, Rezende (2013) apresenta as principais razões para alavancar a EPT: o fato de que a ciência e tecnologia são fatores determinantes do desenvolvimento econômico e do bem estar social das nações; que o desenvolvimento científico e tecnológico não é privilégio de países centrais, que já possuem tradição; e que o desenvolvimento científico e tecnológico de cada país depende diretamente de investimento em políticas, atitudes e ações de seus governos.

Os IFs foram vistos como espaços estratégicos de qualificação da mão de obra, uma frente estratégica visando o desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões do país. A relação da educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social é, portanto, a bandeira de modernização do país levantada pelo governo da época

A discussão teórica sobre desenvolvimento constitui a chave analítica para a compreensão do processo avaliativo aqui proposto sobre a expansão da EPT, no período de 2003 a 2016, em suas interfaces com o contexto desta pesquisa, os povos do mar em Camocim. Isso porque determina que tipo de educação profissional é ofertada para as cidades na expansão da EPT, mais emancipadora ou mais atrelada aos ditames do mercado. Para tanto, será norteada pelas reflexões do economista Celso Furtado (1980) junto à categoria desenvolvimento como mudança de estrutura, e as ideias de Bresser-Pereira (2010) acerca do Neodesenvolvimentismo.

Ao longo de sua obra, Furtado conclui que, dentro desse cenário do sistema econômico mundial, o subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento, mas uma forma específica deste último, na coexistência entre setores modernos e atrasados. Portanto, o autor defende que as causas do subdesenvolvimento estão interligadas ao processo de modernização periférica e a tendência à concentração de riqueza, sonegação de direitos sociais, precarização do mundo do trabalho, submissão à divisão do trabalho e a inserção internacional subalterna (FURTADO apud PAULA, 2013, p. 16). Em resumo, Celso Furtado concebe o desenvolvimento como uma mudança de estrutura do modelo econômico, priorizando as necessidades humanas e levando em consideração a

cultura. O subdesenvolvimento, para o autor, ocorre não por acaso, mas intencional, pois acompanha o projeto de sociedade das lideranças econômicas mundiais, que se desenvolveram e "jogaram a escada fora".

Já Bresser-Pereira analisa o desenvolvimento das últimas décadas como "novo desenvolvimentismo". Representa o "terceiro discurso" entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional, fundamentando-se na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. Consiste em um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alavancar o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17) através de: uma política macroeconômica consistente, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas; concebe os mercados como o mecanismo principal, com um mercado interno forte; os programas sociais universais, em especial os programas de transferência de renda. Dessa forma, não há mercado forte sem Estado forte, ampliam o papel do Estado como regulador e estimulador dos investimentos privados e da inovação (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36).

Bresser-Pereira indica que esse modelo é semelhante ao que ocorreu nos anos 2000, ou seja, a busca por uma alternativa ao modelo neoliberal, por meio de um Estado forte dentro dos moldes capitalistas. Assim, não se compromete com a mudança de estrutura, o que, na prática, gerou contradições e um modelo de crescimento limitado.

E estas reflexões estão relacionadas diretamente à noção de educação profissional. São de maior importância para compreender a influência internacional para a concepção do tipo de EPT que foi idealizada nos anos 2000, uma vez que a proposta de capital humano, as noções de empreendedorismo, Arranjos Produtivos Locais e desenvolvimento local estão ligadas ao neodesenvolvimentismo, e, pode-se assim dizer, a proposta de politecnia[6] para a emancipação humana e

[6] A politécnica é compreendida como uma especialização com domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas que caracterizam o processo de trabalho moderno. Não significa a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, 2007, p. 161). Busca, a partir do

transformação social de Savianni (2007) mais coerente com as ideias de Celso Furtado.

Entende-se neste estudo que houve uma limitação da política de expansão da EPT na materialização de um modelo da EPT mais progressista da formação de cidadãos críticos, de acordo com a politecnia e educação integrada, como estava previsto nos documentos oficiais. Atravessado pelas tendências das disputas políticas internas, limitou o projeto de desenvolvimento local para reduzir as desigualdades sociais. Isso porque a redução das desigualdades sociais não ocorre exclusivamente em âmbito micro, requer um projeto maior de nação, como se pensa na superação das desigualdades estruturais de desenvolvimento proposta por Furtado (1980).

3. A EXPERIÊNCIA DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM: SÍNTESE AVALIATIVA

Camocim é uma cidade litorânea do extremo oeste do Estado do Ceará, com 141 anos de emancipação política. Vizinha à praia de Jericoacoara, possui uma distância da capital de 379,3km, conta com mais de 63 mil habitantes e 1.158 km^2 (IBGE, 2010). É constituída por 2 distritos, Amarelas e Guriú, e a sede Camocim. De área equivalente a 1.123.937 km^2, possui 64 km de praias, o que representa cerca de 10% do litoral cearense.

A cidade guarda as heranças da pesca e da mariscagem como importante fonte de subsistência das famílias de Camocim. A atividade é considerada parte significativa para a economia local, e registra os maiores rendimentos da pesca no Ceará, com grande abundância de desembarque de peixes.

Cerca de 2.000 famílias vivem da pesca como principal fonte de renda atualmente, compreendidas neste estudo como povos do mar. Os trabalhadores da pesca são, antes de uma profissão, uma comunidade tradicional, semelhante aos quilombos e tribos indígenas. Dessa forma, o conceito de povos do mar se estende

desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade.

aos familiares, filhos, esposas, netos, dentre outros. E, enquanto comunidade tradicional, domina historicamente os saberes da pesca desde as primeiras povoações da cidade, com raízes na cultura indígena dos Tremembés. Já a presença do famoso porto e da estação de trem fortaleceram o desenvolvimento da cidade. A pequena vila de pescadores (atualmente bairro praia) se transformou.

Assim, Camocim aos poucos recebeu o título de cidade da pesca, sendo um ofício passado de pai para filho, tendo como maior professor o mar. As tradições culturais da procissão de São Pedro, as regatas, a dança do coco e as idas à praia como lazer fizeram parte da história de vida dos entrevistados. Os pescadores são chamados de guerreiros e heróis, e isso não é por acaso, mas por atravessarem adversidades, como a dificuldade financeira, as parcerias desvantajosas, os naufrágios e acidentes, a falta de acesso ao aprimoramento e tecnologias que possam dar mais segurança e conforto e aumentar a produtividade, elevando a renda do pescador artesanal. Na dimensão educacional, observou-se o baixo nível de escolaridade e a falta de aprimoramento profissional.

Observou-se que a única preparação profissional para os pescadores atualmente ocorre no início com o Curso de Habilitação de Pescador Profissional (POP) da Marinha, obrigatório para o registro como aquaviário. Não há, contudo, a continuidade desses estudos, sendo um desafio para a política de educação profissional.

Tais observações de campo indicam demandas dos povos do mar, que foram apresentadas no intuito de fundamentar a avaliação sobre quais respostas, de fato, o IFCE realiza para essa comunidade. A seguir, apresenta-se aqui uma síntese avaliativa dos resultados da integração dos dados coletados na pesquisa sobre o objeto da avaliação, IFCE e desenvolvimento dos povos do mar em Camocim. De forma detalhada, o Quadro 1 estabelece a relação entre o texto da política e os indicadores de resultados da avaliação, utilizando o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (2005), a Lei de criação dos IFs (2008) e o documento “Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010” (2010).

Quadro 1 – Resumo Avaliação IFCE e desenvolvimento dos povos do mar

POVOS DO MAR/DIMENSÃO	TEXTO DA POLÍTICA	O QUE MUDOU COM A EXPANSÃO DO IFCE EM CAMOCIM
DIMENSÃO HISTÓRICA A presença de indígenas Tremembés e Tabajaras (primeiros povos do mar); fama do excelente porto; A cidade se ergue à beira-mar (bairro Praia); Porto e estação ferroviária desenvolveram Camocim;	- Os IFs, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. (MEC/SETEC, 2008, p.34)	- Projeto de extensão "Trilhas Urbanas: Camocim, um pote de histórias" (suspenso); - Não há projetos específicos do IFCE para os povos do mar.
DIMENSÃO ECONÔMICA Camocim enquanto maior produtora de pescado, mas com a produção em declínio; Parcerias não vantajosas; desigualdade nas relações da pesca;	- (Lei 11.892) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008); - (Plano de Expansão) (...) olhar fixo na realidade local, nas potencialidades estratégicas traduzidas pelos Arranjos Produtivos Locais e no compromisso com a inclusão social dos contingentes menos favorecidos (BRASIL, 2005)	- Para os estudantes do IFCE pertencente aos povos do mar, a instituição proporcionou a perspectiva de inserção no mercado de trabalho (fora do setor pesca) da maioria dos entrevistados; - Elevação de renda das mulheres participantes do "Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local" para as famílias dos pescadores, para complementar a renda da família; - O *campus* contribuiu com o desenvolvimento econômico da atividade da pesca de forma incipiente.
DIMENSÃO LABORAL Maior e mais antiga colônia de pescadores (1.000 pescadores); Pesca artesanal sem inovação; profissão de alto risco com histórico de acidentes e naufrágio; embarcações tradicionais; não sucessão da profissão de pai para filhos	Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2008);	- Pesquisas sobre o trabalho dos pescadores artesanais; - Não há projetos específicos do IFCE para o aprimoramento da pesca, sobretudo a pesca artesanal; - Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca;
DIMENSÃO EDUCACIONAL Baixo nível de escolaridade; abandono escolar; possui apenas um curso preparatório;	(Plano de Expansão) Ampliar a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que formarão e educação cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica; - (Plano de Expansão)	- Implantação do IFCE *campus* Camocim em 2010; - Os pescadores desconhecem a atuação do IFCE; - Os familiares dos pescadores são os que mais procuram o IFCE; - Oferta de 2 cursos técnicos e 3 superiores público, gratuito e presencial;

	Implantar EPT nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de preferencialmente em periferias de grandes centros urbanos e municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cujo cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (BRASIL,2005);	- Oferta de Cursos FICs Ostreicultura e Aquicultura; - Oferta de Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local" com familiares dos pescadores; - Não há cursos para os pescadores; - Presença de pescador em projeto de extensão de Letramento Avançar; - Não há estratégias de adaptação do ensino do IFCE aos pescadores; - O *campus* não conta com o eixo tecnológico Recursos Naturais
DIMENSÃO CULTURAL Tradições culturais, processões, regata, Salão de Artes, Aniversário da Cidade; dança do coco, reisado, dominó, bingo, conversas nas calçadas, praias, capoeira; Patrimônio imaterial (paisagem do porto das canoas) barcos artesanais que já não existem mais em outros lugares do mundo.	Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos Federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura (BRASIL, 2010)	- Incentivo ao grupo de dança de coco de praia; - Projeto Capoeira e Letramentos de Resistência; - Apoio no evento Salão de Artes; - Novas metodologias pedagógicas que articulam ciência, tecnologia e cultura; - Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar.
DIMENSÃO SOCIAL Pescadores "heróis"; Relação social "desconfiada", atividade majoritariamente masculina; filhos detentores de sabedoria popular e perfil participativo dentro do IFCE; condição social de renda;	Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador (...) a política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras). (BRASIL, 2010)	- Estudantes filhos de pescadores com acesso à Assistência Estudantil do IFCE; - Estudantes filhos de pescadores bolsistas do IFCE em pesquisa extensão; - Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar nas temáticas dos direitos humanos e sociais (gênero, raça etnia, diversidade sexual, etc)
DIMENSÃO SAÚDE Alcoolismo, acidentes de trabalho,	A educação profissional e tecnológica, enquanto política pública estratégica de Estado, estará articulada com um	- Estudantes filhos de pescadores com acesso à Assistência Estudantil do IFCE (setor saúde)

	conjunto de outras políticas públicas que estão em curso, tais como: (...) política de saúde (BRASIL, 2005)	
DIMENSÃO POLÍTICA Relação com colônia de pescadores, Relação com a prefeitura	A comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais (BRASIL, 2010)	- Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca; - Fortalecimento da parceria com a Prefeitura.
DIMENSÃO AMBIENTAL Poluição da praia	Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008)	- Projeto de Limpeza das praias e mangues; - FIC Agentes de desenvolvimento socioambiental; - Projeto Bhoia.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Assim, analisando o deslocamento institucional da política para o contexto do IFCE *campus* Camocim e desenvolvimento dos povos do mar do bairro Praia, a pesquisa identifica indicadores de resultados positivos, pontos críticos e possíveis mudanças na implementação dos cursos. Os resultados positivos foram: ampliação do acesso à educação profissional pública, presencial, federal, com professores qualificados; a mudança do perfil discente, com a entrada da primeira geração dos povos do mar com acesso ao nível superior; maior participação dos discentes, com saberes populares do meio ambiente; mudança de vida dos estudantes dos povos do mar; concepção de EPT, que considera a formação teórica relacionada à prática; o aumento do número de atividades de extensão com oferta de cursos FICs e limpeza das praias; e maior compromisso de alguns servidores com os discentes e seu contexto. Esse objetivo geral da política de expansão da EPT foi, em boa parte, coerente no contexto de Camocim, tendo em vista que o *campus* está em processo de estruturação.

Os pontos críticos da avaliação foram: expansão precarizada; ausência do eixo tecnológico da pesca e desvio da proposta de trabalho inicial; os projetos de pesquisa e extensão para os povos do mar teve alcance limitado frente ao potencial da instituição; os pescadores mantém a sua prática profissional da mesma forma quando o IFCE chegou à cidade; poucas atividades educativas para os pescadores

e aprimoramento da pesca; dificuldades de dialogar com os atores sociais da pesca; poucos profissionais comprometidos com o trabalho nas comunidades; proposta pedagógica não flexível para oportunizar o acesso do pescador a um curso regular no IF; o IFCE é pouco conhecido perante os pescadores. Isso leva a considerar alguns pontos para a mudança da implementação da política a nível local, que são: maiores investimentos; o maior diálogo com a comunidade da pesca; oferta de cursos para os povos do mar e para pescadores; organização institucional para garantir o acesso desses sujeitos ao ensino formal; e garantia de uma mudança coletiva da pesca, além da mudança de vida pessoal.

4 CONCLUSÃO

Esta avaliação, considerando as condições de vida dos povos do mar, reconhece a necessidade do IFCE *campus* Camocim de fortalecer sua organização interna e apoio mútuo a fim de elaborar um projeto institucional amplo, que tenha a perspectiva de desenvolvimento para os povos do mar, no sentido de Furtado, elevando as potencialidades culturais, sociais, laborais e ambientais, não se limitando quanto à formação e mudança individual dos sujeitos. Orientar-se para os povos do mar, portanto, significa ao IFCE atentar para afirmar uma atuação que articule ensino, pesquisa e extensão, adaptando-se e respeitando a cultura local e os saberes populares, por meio de projetos mais articulados e com mais parcerias, com respeito à sua autonomia (BRASIL, 2010).

REFERÊNCIAS

ARCARY, V. **Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica**. [S.l:s.n], 2015. Disponível em: https://sinasefe.org.br/memoria/2015/03/23/valerio-arcary-lanca-artigo-sobre-institutos-federais/ . Acesso em: 07 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007.** Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Brasília, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf. Acesso em: 1 abr. 2020.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm . Acesso em: 07 ago.2018.

_____. Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192. Acesso em: 11 ago.2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina: texto para discussão** n. 274. São Paulo: FGV, 2010.

FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GUSSI, A. F. **Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica**. Desenvolvimento em Debate, v. 4, p. 83-101, 2016.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas: Arte Escrita, 2012.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília: MEC, 2010. Disponível em: portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf . Acesso em: 01 mar. 2019.

PEREIRA, E. M. ; ALBUQUERQUE, C. S. . **Transformações contemporâneas e política educacional no Brasil: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Revista Labor , v. 1, p. 80-94, 2015.

REZENDE, S. M. **Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil.** In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

SANTOS, J. A. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento . Rio de Janeiro: EdUERJ, LPP, 2018.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34, p.33-38, jan. abr. 2007.